

Minuta da Ata da 46ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 09/10/2008, 5ª feira, 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente
3. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda

Outros Participantes:

1. Branca Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
3. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
4. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
5. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
6. Bruno Kerlakian Sabbag – Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Roberto Cavalcante – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
8. Maria Clara T. Cerqueira – Ministério das Relações Exteriores
9. Igor Vinícius de S. Geracy – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
10. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
11. Núbia Elizabeth de S. e Silva – Ministério do Meio Ambiente
12. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Adjunto da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Dr. Mário Baibich iniciou os trabalhos da Comissão dando boas vindas aos representantes dos Ministérios. Em seguida transferiu a condução dos trabalhos da 46ª reunião ao Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima Dr. José Domingos Gonzalez Miguez.

1. Aprovação da Ata da 45ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

O Dr. Miguez questionou aos demais membros se haveria retificações ou complementações a serem feitas na Ata da 45ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.

Não havendo sugestões, a Ata da 45ª reunião ordinária foi aprovada.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias

Aprovados com Ressalva

- 103 – Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (ofício 358 enviado em 30/06/2008)
- 107 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa CAMIL CAMQUÃ (ofício 359 enviado em 30/06/2008)
- 126 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa da URBANO Sinop (ofício 351 enviado em 30/06/2008)
- 184 – Projeto de Biomassa Roullier (ofício 355 enviado em 30/06/2008)
- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos (ofício 349 enviado em 30/05/2008)
- 197 – Projeto de Troca de Combustíveis para Gás Natural da Servantis e Carta Rio (ofício 352 enviado em 30/06/2008)

O Dr. Miguez informou que esses projetos estão em desconformidade com o Art. 7º, parágrafo segundo, da Resolução 03 que exige que seja encaminhada resposta ao ofício da CIMGC no prazo de 60 dias.

Revisão

- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai (ofício 343 enviado em 13/05/2008)
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS (ofício 333 enviado em 09/05/2008)
- 211 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Angelina (ofício 345 enviado em 19/06/2008)

O Secretário Executivo destacou ainda que os projetos acima estão em desconformidade com o Art. 8º, parágrafo segundo, da Resolução 03 que exige que seja encaminhada resposta ao ofício da CIMGC no prazo de 60 dias.

Informou que todos esses projetos serão objeto de discussão em um item específico da agenda Outros Assuntos, posteriormente.

Projetos em **revisão** cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios em conformidade com a Resolução 05 da CIMGC

- 201 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II (ofício 361 respondido em 01/10/2008)

A Dra. Branca Americano informou que o principal questionamento acerca do projeto 201 “Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II” envolve o fato de estar localizado em um sistema atualmente desconectado da rede e de existir a previsão de, durante seu período de operação, passar a estar conectado à rede nacional. Alguns questionamentos técnicos acerca da aplicação da metodologia foram feitos.

Ressaltou que este é um caso específico nunca antes observado, assim, destacou a preocupação da secretaria executiva em assegurar que todos os procedimentos necessários para a correta operação do projeto fossem incorporados no relatório de validação.

A Dra. Branca informou que em resposta ao ofício MDL 361/2008/CIMGC os proponentes de projeto detalharam os procedimentos no DCP, entretanto, não alteraram a versão do documento e tampouco apresentaram nova versão do relatório de validação assegurando que tais alterações foram adequadamente validadas.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentar o DCP constando nova versão e data.
2. Reapresentar nova versão do Relatório de Validação com a correção do total de reduções em conformidade com o DCP e com referência explícita à nova versão do DCP de forma que fique inequívoco que a EOD concorda que a mudança de fatores de emissão de sistema isolado para sistema interligado, assim como o sistema de monitoramento adotado para a transição foram devidamente validados.

➤ 214 – Projeto de Troca de Combustível da INPA (ofício 364 respondido em 23/09/2008)

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto que envolve a troca de combustível fóssil por biomassa em uma unidade de produção de vapor. Destacou que todos os questionamentos encaminhados aos proponentes do projeto foram adequadamente atendidos, assim, sugere que o projeto seja aprovado.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente e o Dr. João Tedeschi, representando o Ministério das Minas e Energia, concordaram com o posicionamento do MCT.

A Comissão deliberou pela **aprovação** do Projeto de Troca de Combustível da INPA.

Projetos **submetidos** na última reunião:

➤ 216 – Projeto de Energia Renovável da AB Brasil

A Dra. Branca informou que se trata de um projeto de energia renovável que envolve a substituição de caldeiras a óleo combustível por caldeiras a biomassa de origem renovável. Na opinião do MCT o projeto contribui com o desenvolvimento sustentável, mas apresenta alguns problemas na aplicação da metodologia e também no procedimento de validação entre outros. Deste modo, sugere que o projeto fique em revisão.

O Dr. Adriano destacou que o MMA tem pedido aos proponentes de projeto, que envolvem a utilização de biomassa, que apresentem uma declaração específica atestando a origem da biomassa.

O Dr. João Tedeschi destacou concordar com o posicionamento do MCT e do MMA, acrescentando que entende necessária a apresentação do contrato específico para o fornecimento da biomassa entre a madeireira e o desenvolvedor do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Energia Renovável da AB Brasil, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Acertar a tradução do DCP, para evitar erros como na página 04 do DCP, onde se traduz “oil-fired boiler” por “caldeira de biomassa”.
2. O Relatório de Validação / Validation Report apresenta uma série de incongruências, deste modo torna-se necessária a sua reapresentação a fim de corrigir os seguintes aspectos:
 - a. Corrigir referência equivocada à data da metodologia **AMS – I.C**
 - b. A versão em inglês do documento informa que houve 18 Solicitações de Esclarecimento (SE). Este dado está incorreto e deve ser corrigido.
 - c. Os procedimentos nacionais de consulta aos atores regionais não foram validados. Tais procedimentos devem ser explicitamente considerados, em especial na seção 4 – Comentários das Partes, Atores e ONGs.
 - d. Complementarmente ao item “c” acima, validar os procedimentos de consulta aos atores regionais nacionais, em conformidade com a Resolução nº 07 da CIMGC, em especial no que diz respeito ao período de envio das cartas-consulta e a disponibilidade de toda a documentação relativa ao projeto em site específico e em língua portuguesa.
3. Apresentar confirmação de entrega de carta-convite ao órgão ambiental estadual.
4. Esclarecer o motivo da carta encaminhada ao órgão ambiental municipal estar endereçada ao município de Bauru e não ao de Pederneiras.
5. Apresentar cópia da licença de operação relacionada à atividade de projeto (AB Brasil), contemplando as alterações de caldeiras e de combustível.
6. Esclarecer a localização da Serraria Santa Bárbara, no DCP consta a informação de que a serraria está localizada em Agudos no km 320 da Rodovia Marechal Rondon, enquanto na LO nº 7002654 consta como logradouro a Avenida Tietê L-233, Pederneiras;
7. Esclarecer a localização da atividade de projeto AB Brasil, consta do DCP que a localização da atividade de projeto (AB Brasil) é Avenida Tietê L-233, Pederneiras, o mesmo endereço que consta na LO nº 7002654 referente à Serraria Santa Bárbara;
8. Apresentar declaração que ateste que a biomassa (cavaco de madeira) utilizada na atividade de projeto será originária de fornecedores que possuam licença ambiental.
9. Corrigir o texto apresentado na pág. 19 do DCP que diz que o Brasil é o maior emissor de gases de efeito estufa do mundo;
10. Alterar a data de início do período de obtenção de créditos, pois a estabelecida (01/10/2008) não será mais possível.

A Dra. Branca informou tratar-se de um tipo novo de projeto apresentado à CIMGC que envolve o tratamento de efluentes de unidades de abatedouros que trás uma série de benefícios ambientais. Entretanto, ressaltou problemas na aplicação da metodologia. Assim, sugeriu que o projeto seja revisto.

O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira, representante do Ministério do Meio Ambiente e o Dr. João Tedeschi, representando o Ministério das Minas e Energia, concordaram com o posicionamento do MCT.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de Vilhena, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir no DCP referências equivocadas à outra atividade de projeto desenvolvida pela JBS S/A (Unidade de Barra do Garças);
2. Corrigir no DCP problemas de tradução, dentre os quais:
 - a. Retirar os fragmentos em inglês que estão presentes no DCP;
 - b. Corrigir na pg. 18 do DCP a tradução da Alternativa 3 – Instalação de outro sistema de tratamento de esgoto sanitário, como filtros biológicos, biodiscos (biodiscos rotativos) ou processos como lodo ativado que não corresponde ao original “Alternative 3 - Installation of another aerobic wastewater treatment system such as bio disks and processes like activated sludge”;
 - c. Corrigir na pg. 18 do DCP a tradução da Opção I: Análise simples de custos. Esse método de análise pode ser usado se a atividade de projeto não produz benefícios econômicos relacionados a renda do MDL que não corresponde ao original - “Option I: Simple cost analysis. This analysis method can be used if the project activity produces no economic benefits other than CDM related income”.
 - d. O valor do consumo de eletricidade dos equipamentos (ECy) e o início do período de obtenção de crédito, estão divergentes no DCP e no PDD.
 - e. Traduzir corretamente ‘wastewater treatment’ que não é ‘tratamento de desperdício de água’;
 - f. Traduzir corretamente ‘southern’ que não é ‘sudeste’;
 - g. Nenhum comentário foi recebido não traduz corretamente “no negative comment”. Pág 40.
 - h. Traduzir algumas palavras (exclusive, alternative, ...), frases e tabelas que estão em inglês no DCP;
 - i. Alterar o local do tratamento, descrito nas páginas 5 e 33, para Vilhena;
 - j. A figura 3 do DCP é diferente da apresentada no PDD;
 - k. Rever o número das tabelas;
 - l. Incluir o número da alternativa no segundo parágrafo da página 14;
 - m. Corrigir o número da referência na nota de página 9;

- n. Corrigir o símbolo das emissões de metano da decomposição anaeróbia do lodo final utilizada na página 23;
 - o. Revisar o valor do ECy da página 27, pois o mesmo está diferente do utilizado no PDD e no quadro da página 32;
 - p. Revisar a data de início do período de obtenção de crédito, pois difere da apresentada no PDD e nas tabelas de cálculos de emissões e alterar a mesma no Relatório de Validação, versões em português e inglês;
 - q. Revisar o item E.3 já que o mesmo diverge da afirmação do item E.2;
 - r. Anexar de forma visível a tabela do Anexo 5.
3. Rever a aplicação da Ferramenta de Adicionalidade no DCP, uma vez que a Alternativa 3 foi tratada de forma equivocada: é apresentada como “Instalação de outro sistema de tratamento de esgoto sanitário, como filtros biológicos, biodiscos (biodiscos rotativos) ou processos como lodo ativado” e depois como “sistema de flotação”. O estudo da FIESP referenciado diz que “o único tratamento implantado em abatedouros de gado são o sistema de filtros biológicos, biodiscos e processos como lodo ativado”.
 4. Corrigir, no DCP e PDD, os valores da soma da tabela 4 e alinhar com os dados apresentados no Anexo 6, e revisar se os valores da tabela 5 estão corretos.
 5. Corrigir no Relatório de Validação, versões em português e inglês, a data do início do período de obtenção de créditos;
 6. Corrigir tradução do Relatório de Validação para evitar erros do tipo:
 - a. na Tabela 2 aparece duas vezes a Solicitação de Ação Corretiva N° 11 e nenhuma N° 12. Pág 60.
 - b. “Considera-se CAR [Solicitação de Ação Corretiva] 27 resolvida” e sim Solicitação de Esclarecimento 1. Pág 70.
 7. Esclarecer o fato do Relatório de Validação da atividade de projeto em questão possuir o mesmo número de referência do Relatório de Validação da atividade de projeto JBS, unidade de Barra do Garças.
 8. Comprovar que a atividade atualmente abate 2.500 cabeças de gado por dia.
 9. Esclarecer porque não é utilizado um fator de emissão para o sistema isolado de Rondônia e porque o fator de emissão para o sistema interligado S-SE-CO seria mais conservador para estimar as emissões do projeto.
 10. Comprovar que o lodo será doado a agricultores locais para aplicação no solo, a fim de poder considerar que as emissões de projeto a partir do lodo serão nulas.
 11. Enviar cópia das respostas às cartas-convites por parte da FBOMS, Prefeitura Municipal de Vilhena e Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente (Semicam / Vilhena).
 12. Explicar porque as cartas-convite não foram enviadas para as associações comunitárias locais.

13. Reenviar as Declarações de responsável pela comunicação de ambas as empresas, pois as mesmas devem informar o(s) mesmo(s) responsável (eis) pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
14. Apresentar cópia da licença de operação válida do frigorífico, e que indique a consideração da atividade de projeto: modificação do sistema de tratamento de efluentes;
15. Reapresentar o Anexo III, reorganizando os argumentos nos respectivos subitens e esclarecendo melhor as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável, evitando termos imprecisos como “regiões paralelas”. Particularmente, no subitem referente às contribuições ao meio-ambiente local, focalizar na mudança do tratamento dos resíduos e o seu benefício local.
16. Apresentar novas versões do DCP e do Relatório de Validação, versões em português e inglês, contemplando as correções solicitadas.

Novos projetos:

- 218 – Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade Barra do Garça (entrada em 12/08/08)
- 219 – Usinas Hidrelétricas do rio Jaguari-Mirim (entrada em 28/08/08)
- 220 – Pequenas Centrais Hidrelétricas da CERTEL – Cooperativa regional de Eletrificação Teutônia (entrada em 16/09/08)
- 221 – Projeto de MDL da Monjolinho Energética S.A. (entrada em 16/09/08)

O Secretário Executivo destacou que os projetos n° 218, 219, 220 e 221 foram submetidos em conformidade com as regras da CIMGC e deveria ser analisados durante a 47ª reunião, entretanto, ressaltou que a Secretaria Executiva foi capaz de antecipar sua análise, assim, questionou se os demais membros concordariam em proceder com a análise desses projetos.

Não havendo objeção, convidou a Dra. Branca para prosseguir com a análise dos projetos.

O Secretário Executivo destacou que o projeto de Tratamento de Efluentes de Abatedouro n° 217 Projeto JBS S/A- Unidade de Vilhena é o primeiro do mundo que utiliza tecnologia de tratamento de efluentes de abatedouros e deverá ser replicado para todos os abatedouros da JBS no Brasil.

- 218 – Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade Barra do Garça (entrada em 12/08/08)

A Dra Branca informou que se trata de um projeto similar ao projeto n° 217 “Projeto JBS S/A - Tratamento Aeróbio de Efluente de Abatedouro - Unidade de Vilhena”, contendo os mesmos tipos de problemas, assim, sugere que seja revisto.

O Secretário Executivo destacou a importância deste projeto informando que esta unidade processa cerca de 2.500 cabeças de gado por dia e figura entre um dos maiores abatedouros

do mundo. Assim, ressaltou a importância do trabalho da CIMGC ao contribuir com a qualidade técnica do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto JBS S/A – Tratamento Aeróbio de Efluentes do Abatedouro – Unidade Barra do Garça, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Corrigir erros do DCP:

- a. Retirar os fragmentos em inglês que estão presentes no DCP;
- b. Revisar a tradução de algumas partes do DCP, tais como:
 - a. - ‘tratamento de desperdício de água’ não é a tradução de ‘wastewater treatment’;
 - b. - ‘sudeste’ não é a tradução de ‘southern’;
 - c. - a tradução da Alternativa 3 – Instalação de outro sistema de tratamento de esgoto sanitário, como filtros biológicos, biodiscos (biodiscos rotativos) ou processos como lodo ativado (pág 18 do DCP); “Alternative 3 - Installation of another aerobic wastewater treatment system such as bio disks and processes like activated sludge”;
 - d. - a tradução da Opção I: Análise simples de custos. Esse método de análise pode ser usado se a atividade de projeto não produz benefícios econômicos relacionados a renda do MDL (pág 18 do DCP); “Option I: Simple cost analysis. This analysis method can be used if the project activity produces no economic benefits other than CDM related income”.
 - e. Traduzir algumas palavras, frases e tabelas que estão em inglês no DCP;
- c. A figura 3 é diferente da apresentada no PDD;
- d. Rever o número das tabelas;
- e. Incluir o número da alternativa no segundo parágrafo da página 14;
- f. Corrigir o número da referência na nota de página 11;
- g. Corrigir o símbolo das emissões de metano da decomposição anaeróbia do lodo final utilizada na página 23;
- h. Revisar o item E.3 já que o mesmo diverge da afirmação do item E.2;
- i. Anexar de forma visível a tabela do Anexo 5.
- j.

2. Rever a aplicação da Ferramenta de Adicionalidade no DCP, uma vez que a Alternativa 3 foi tratada de forma equivocada: é apresentada como “Instalação de outro sistema de tratamento de esgoto sanitário, como filtros biológicos, biodiscos (biodiscos rotativos) ou processos como lodo ativado” e depois como “sistema de flotação”. O estudo da FIESP referenciado diz que “o único tratamento implantado em abatedouros de gado são o sistema de filtros biológicos, biodiscos e processos como lodo ativado”.
3. Corrigir, no DCP e PDD, os valores da soma da tabela 4 e alinhar com os dados apresentados no Anexo 6, e revisar se os valores da tabela 5 estão corretos.

4. Se a capacidade de abate será a mesma para ambos os casos, explicar a causa das seguintes diferenças apresentadas neste projeto e no caso do abatedouro em Vilhena:
 - a. Efluentes diários gerados por animal – página 5;
 - b. Qww,y,m – volume das águas residuárias tratadas – páginas 25 e 27;
 - c. CODy,m – demanda química de oxigênio do efluente – páginas 25 e 27.
5. Corrigir no Relatório de Validação, versões em português e inglês, a data do início de período de obtenção de créditos;
6. No Relatório de Validação, versão em português:
 - a. Incluir na Lista de Referência de Informações a última versão do DCP;
 - b. Corrigir o valor da Redução Estimada de Emissão Anual na página.
7. Comprovar que o lodo será doado a agricultores locais para aplicação no solo, a fim de poder considerar que as emissões de projeto a partir do lodo serão nulas.
8. Reenviar as Declarações de responsável pela comunicação de ambas as empresas, pois as mesmas devem informar o(s) mesmo(s) responsável (eis) pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
9. Enviar uma nova licença de operação válida fazendo referência ao novo tratamento de efluentes.
10. Enviar Cartas-convite, de acordo com a Resolução nº1 da Comissão Interministerial, para as associações comunitárias locais, informando sobre a atividade de projeto proposta. Destaca-se que eventuais comentários recebidos deverão ser devidamente incorporados no DCP e Relatório de Validação, versões em português e inglês. Caso não seja possível a entrega da Carta-convite por meio dos serviços dos Correios, mediante aviso de recebimento, os mesmos poderão ser protocolados pessoalmente junto a estes órgãos, devendo ser entregue cópia do comprovante de recebimento a esta Secretaria Executiva.
11. Reapresentar o Anexo III, reorganizando os argumentos nos respectivos subitens e esclarecendo melhor as contribuições do projeto ao desenvolvimento sustentável, evitando termos imprecisos como “regiões paralelas”. Particularmente, no subitem referente às contribuições ao meio-ambiente local, focalizar na mudança do tratamento dos resíduos e o seu benefício local.
12. Apresentar novas versões do DCP e do Relatório de Validação, versões em português e inglês, contemplando as correções solicitadas.

➤ 219 – Usinas Hidrelétricas do rio Jaguari-Mirim (entrada em 28/08/08)

A Dra. Branca informou tratar-se de uma pequena central hidroelétrica. Apresenta problemas de tradução e divergência de conceitos aplicados no DCP, além de problemas na análise da adicionalidade do projeto. Assim, sugere que o projeto fosse aprovado após a adequação destas ressalvas.

Os demais ministérios concordaram com o posicionamento do MCT

A Comissão deliberou pela **aprovação** do projeto Usinas Hidrelétricas do rio Jaguari-Mirim, condicionada ao atendimento das seguintes **ressalvas**:

1. Revisar o DCP para corrigir erros de tradução, como no segundo e terceiro parágrafos do Item A.2, onde o termo "fossil fuel-fired plants" é traduzido para "Centrais hidrelétricas";
2. Verificar no DCP (pg. 13, primeiro parágrafo) se a palavra "adequada" na frase "Além de preços adequados, altas taxas de juros e impostos, dificuldades na obtenção de licenças ambientais impedem a construção em potencial de pequenas centrais hidrelétricas" está corretamente aplicada ou explicar porque preços adequados são uma barreira para a implantação da atividade de projeto.
3. Confirmar se evidências de terceira parte (documental e transparente, tais como estatísticas nacionais/internacionais, legislação e políticas nacional e regional ou estudos/pesquisas por agências independentes) das barreiras apresentadas no DCP foram Verificadas pela Entidade Operacional Designada, como determinou o Conselho Executivo do MDL em sua 35ª. Reunião.

➤ 220 – Pequenas Centrais Hidrelétricas da CERTEL – Cooperativa regional de Eletrificação Teutônia (entrada em 16/09/08)

A Dra. Branca destacou que se trata de um projeto muito bem desenvolvido, que, no entanto, não traz junto ao DCP algumas informações importantes como a planilha com análise de investimento. Destacou ainda que o projeto utiliza um benchmark interno da empresa para discutir a adicionalidade do projeto, procedimento considerado inapropriado para o caso específico. Assim, sugeriu que o projeto seja revisto.

O Secretário Executivo ressaltou que a postura do Conselho Executivo tem sido semelhante no sentido de discordar da aplicação de benchmark internos para projetos como PCHs. Informou que a idéia de aplicação de benchmark internos é válida para projetos que irão modificar algum processo interno, como por exemplo o reaproveitamento de gases de exaustão, nestes casos, o desenvolvimento do projeto só é viável para a própria empresa, não sendo razoável, portanto, a comparação com um benchmark nacional ou regional. Ressaltou ainda que o Conselho Executivo tem observado que alguns projetos estão tentando utilizar o benchmark interno com o objetivo de incrementar sua discussão de adicionalidade, ressaltou que isto é um potencial indicativo de problema.

O Dr. João Tedeschi informou que as PCHs não têm resolução autorizativa da ANEEL, entretanto, como se tratam de projetos que ainda não construídos, entende que isso não representa um problema.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto Pequenas Centrais Hidrelétricas da CERTEL – Cooperativa regional de Eletrificação Teutônia, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Justificar o motivo pelo qual foi utilizado o WACC (weighted average capital cost, da companhia) como benchmark já que o mesmo, segundo a Ferramenta de

Adicionalidade utilizada, é exclusivo para os casos em que apenas uma companhia pode fazer o projeto, sendo ainda necessário mostrar que tal benchmark vinha sendo consistentemente usado por ela no passado;

2. Anexar a planilha do cálculo da estimativa de reduções de emissões;
3. Anexar a planilha de cálculos da análise de investimento;
4. Esclarecer os fundamentos da determinação da data de 02/01/2009 como a data de início da atividade de projeto já que ambas usinas não possuem Resolução autorizativa da ANEEL e nem cronograma proposto junto ao órgão regulador e fiscalizador.

➤ 221 – Projeto de MDL da Monjolinho Energética S.A. (entrada em 16/09/08)

A Dra Branca informou trata-se de um projeto similar ao projeto n° 220 – Pequenas Centrais Hidrelétricas da CERTEL – Cooperativa regional de Eletrificação Teutônia, que apresenta problemas similares, assim, sugere também que seja revisto.

O Dr. João Tedeschi informou que a ANEEL aprovou um aumento de potência do projeto, entretanto, não foi verificada alteração no PDD. Assim, destacou que vale questionar ao proponente do projeto qual será a real potência implementada.

O Dr. Adriano ressaltou que caso o proponente do projeto decida implementar uma potência superior a estabelecida será necessária a emissão de nova licença de operação.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de MDL da Monjolinho Energética S.A, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Anexar a planilha de cálculos da análise de investimento;
2. Justificar o motivo pelo qual foi utilizado o WACC (weighted average capital cost, da companhia) como benchmark já que o mesmo, segundo a Ferramenta de Adicionalidade utilizada, é exclusivo para os casos em que apenas uma companhia pode fazer o projeto, sendo ainda necessário mostrar que tal benchmark vinha sendo consistentemente usado por ela no passado;
3. Anexar a planilha do cálculo da estimativa de reduções de emissões;
4. Em junho de 2008 a ANEEL aprovou o projeto de ampliação da potência da usina, de 67 MW para 74 MW, no entanto, quando o DCP foi elaborado, a potência aprovada ainda era de 67 MW e o cálculo de redução de emissões foi feito com base nesta potência. Solicita-se que o proponente verifique se os cálculos de redução de emissões será revisto em função da ampliação de potência. Em caso positivo, o proponente deverá refazer o DCP e emitir novo relatório de validação, bem como deverá apresentar licença ambiental compatível com a potência de 74 MW;
5. Esclarecer qual foi o marco que definiu a data de início da atividade de projeto.

Novos projetos submetidos em desconformidade com o artigo 02 da Resolução 05 da CIMGC (prazo de 5 dias úteis)

O Dr. Miguez informou que três projetos foram apresentados e deverão ser analisados durante a próxima reunião da Comissão.

- 222 – BRASCORBON Projeto de Recuperação de Metano BCA-BRA-01 (entrada em 01/10/08)
- 223 – Projeto de MDL das Pequenas Centrais Hidrelétricas Moinho e Barracão (entrada em 03/10/08)
- 224 – Projeto Amazon Carbon de Tratamento de Dejetos de Suínos 03 (entrada em 07/10/08)

3. Outros Assuntos

- Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa: Informações da Secretaria-Executiva da CIMGC de que a decisão tomada pela CIMGC em sua 45ª reunião ordinária foi cumprida, ou seja, foi enviado Ofício ao proponente desta atividade de projeto e a mesma já foi excluída da lista de atividades de projeto submetidas à CIMGC no âmbito do MDL. Destaca-se que não houve qualquer manifestação adicional do proponente até o momento.

O Sr. Bruno Kerlakian Sabbag, assessor jurídico da Secretaria Executiva da CIMGC informou que, com base na Nota Técnica nº 35, o proponente foi informado que o Projeto de Cogeração com Bagaço Goiasa: foi excluído em conformidade com os procedimentos da CIMGC.

- Aprofundamento da análise da seguinte proposta feita pela assessoria-jurídica da Secretaria Executiva da CIMGC, em sua 45ª reunião ordinária, com relação às consequências do descumprimento dos prazos previstos no parágrafo segundo dos artigos 7º e 8º da Resolução nº 3 da CIMGC:

“Decorrido o prazo de 60 dias previsto no parágrafo segundo dos artigos 7º e 8º da Resolução nº 3 da CIMGC, a Secretaria Executiva da CIMGC deve enviar novo Ofício aos proponentes de projeto ressaltando que estão em descumprimento dos prazos estabelecidos nas resoluções da CIMGC e indagando se há real interesse em manter a atividade de projeto como submetida, ou seja, se as inconsistências serão efetivamente sanadas.

Não havendo nenhuma resposta no prazo adicional de 60 dias do recebimento deste segundo Ofício pelo proponente de projeto, a CIMGC tomará a decisão de considerar a atividade de projeto como não submetida, nos termos da Resolução nº 3 da CIMGC. Nesta hipótese, a atividade de projeto poderá ser submetida novamente, a qualquer tempo, pelos proponentes de projeto, iniciando um novo procedimento administrativo perante a CIMGC e sua Secretaria Executiva.

Havendo resposta no prazo de 60 dias, a CIMGC deverá tomar a decisão de (i) manter a atividade de projeto como submetida, caso entenda que a resposta foi satisfatória e que os

proponentes da atividade de projeto irão sanar as inconsistências, hipótese na qual poderá ser enviado novo Ofício aos proponentes requerendo esclarecimentos e medidas adicionais, em prazo adicional de 60 dias, sob pena de a atividade de projeto ser considerada como não submetida ou (ii) considerar a atividade de projeto como não submetida, caso entenda que a resposta não foi satisfatória.”

O Sr. Bruno destacou que o objetivo deste item é facilitar a decisão da CIMGC acerca dos projetos que não responderam os ofícios da CIMGC em 60 dias. Sugere que seja estabelecido o procedimento de envio de um segundo ofício aos proponentes dos projetos que não responderam ao primeiro ofício no prazo de 60 dias, informando-os da situação em que seu projeto se encontra e destacando que caso os questionamentos apontados não sejam respondidos no prazo adicional de 60 dias o projeto será considerado não submetido.

Informou que caso haja uma resposta encaminhada dentro do prazo de 120 dias, abordando de modo substantivo o conteúdo das ressalvas, o projeto permanecerá normalmente em tramite na CIMGC, entretanto, destacou, respostas que não abordem o conteúdo das ressalvas não serão consideradas para efeito da contagem do tempo.

A proposta da Assessoria Jurídica é de que esta regra seja melhor esclarecida na próxima versão do manual de submissão de projetos MDL.

O Secretário Executivo pediu que fosse apresentada a lista de projeto que se encontram em desconformidade com a regra acima apresentada.

O Sr. Mauro Meirelles apresentou a seguinte lista de projeto que já receberam um segundo ofício e ainda não apresentaram resposta às questões levantadas pela CIMGC a mais de 60 dias:

Aprovados com Ressalva

- 103 – Projeto de Cogeração com Bagaço Mandu (ofício 358 enviado em 30/06/2008)
- 107 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa CAMIL CAMQUÃ (ofício 359 enviado em 30/06/2008)
- 126 – Projeto de Geração de Eletricidade à Biomassa da URBANO Sinop (ofício 351 enviado em 30/06/2008)
- 184 – Projeto de Biomassa Roullier (ofício 355 enviado em 30/06/2008)
- 197 – Projeto de Troca de Combustíveis para Gás Natural da Servantis e Carta Rio (ofício 352 enviado em 30/06/2008)

O Sr. Mauro informou que os seguintes projetos não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC há mais de 60 dias, mas ainda não receberam um segundo ofício.

Aprovados com Ressalva

- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos (ofício 349 enviado em 30/05/2008)

Revisão

- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai (ofício 343 enviado em 13/05/2008)
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS (ofício 333 enviado em 09/05/2008)
- 211 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Angelina (ofício 345 enviado em 19/06/2008)

O Secretário Executivo informou que os projetos que já receberam o segundo ofício e não apresentaram resposta no prazo de 60 dias serão considerados como **não submetidos**. Enquadram-se nesta situação os projetos nº 103, 107, 126, 184 e 197.

Destacou ainda que os projeto nº 193, 179, 204 e 211 **deverão receber um segundo ofício** informando-os da necessidade de encaminhar respostas aos questionamentos levantados pela CIMGC no prazo de 60 dias.

- Informações à CIMGC acerca da exigência constante da página 13 da 9ª versão da metodologia ACM0001 (disponível em http://cdm.unfccc.int/UserManagement/FileStorage/CDMWF_AM_BTH14FSTZ_KN0WN9PBDUG9D2U83HXBQ) de a Autoridade Nacional Designada ser contatada pelo proponente para prestar informações sobre as exigências regulatórias no país anfitrião aplicáveis a atividades de projeto no âmbito do MDL em aterros sanitários.

O Sr. Bruno informou que a nona versão da metodologia ACM0001 exige que a Autoridade Nacional Designada seja contatada pelo proponente para prestar informações sobre as exigências regulatórias no país anfitrião aplicáveis a atividades de projeto no âmbito do MDL em aterros sanitários.

Destacou que a Secretaria Executiva recebeu requerimento de alguns proponentes de projeto acerca desta exigência. Destacou que foi preparada uma minuta de resposta e questionou aos demais membros da CIMGC se concordariam com o seu conteúdo. Informou que a resposta limita-se a dizer que não existe legislação federal acerca do assunto.

O Secretário Executivo informou ter encaminhado uma carta para o Conselho Executivo do MDL estranhando a inclusão de uma nova atribuição para as Autoridades Nacionais Designadas dentro de uma metodologia. Ressaltou que cabe apenas à Conferência das Partes a atribuição de delegar responsabilidades às Autoridades Nacionais Designadas.

- Informações à CIMGC acerca dos seguintes assuntos relacionados à empresa de consultoria em MDL denominada Ecoinvest: (i) alteração na razão social da empresa Ecoinvest Carbon Brasil Ltda. para Ecoinv Global Ltda; (ii) solicitação da inclusão da empresa Votorantim Cimentos Ltda como participante do “Projeto de Substituição de óleo combustível por gás natural na Votorantim Cimentos Cubatão” e conseqüente emissão de nova Carta de Aprovação; e (iii) solicitação

da emissão de nova Carta de Aprovação à atividade de projeto intitulada “Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.”, conforme exigência feita pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O Sr. Bruno informou que esta empresa consta de diversas atividades de projeto e em razão disto o Conselho Executivo do MDL exigiu a emissão de novas cartas de aprovação para todas essas atividades de projeto. Destacou que após requisitada pela Secretaria Executiva a empresa encaminhou documentação que comprovou não ter havido alteração do contrato social da empresa ou de seu CNPJ. Assim, entendeu que as novas cartas poderiam ser emitidas.

Quanto a solicitação de inclusão da empresa Votorantim Cimentos Ltda como participante do projeto, foi encaminhado uma solicitação assinada por todos os representantes legais dos participantes do projeto, acompanhada de todas as declarações necessárias. Assim, entendeu que a nova Carta de Aprovação pode ser emitida pela CIMGC.

Quanto ao projeto de Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A, pôde ser constatada divergência da documentação encaminhada à CIMGC e ao Conselho Executivo do MDL, assim, foi encaminhado um ofício aos proponentes do projeto esclarecendo esta divergência e requisitando que fosse encaminhado uma nova versão do Relatório de Validação e do DCP.

O Secretário Executivo destacou que o ofício encaminhado ao proponente do projeto Sacre 2 ainda não foi respondido, mas adiantou que caso sejam encaminhados os documentos solicitados e não seja observada alterações substantivas, uma nova Carta de Aprovação poderá ser emitida, entretanto, caso sejam observadas modificações a Secretaria Executiva trará o projeto para nova consideração da CIMGC.

- Confirmação dos procedimentos de submissão de documentos à CIMGC no que se refere a necessidade de todos os documentos, inclusive anexos que compõem o DCP, em conformidade com os documentos submetidos para registro na UNFCCC.

A Dra Branca informou que o PDD quando submetido para registro possui alguns anexos que não fazem parte do próprio documento e são encaminhados em anexo para a UNFCCC, entretanto esses documentos não têm sido encaminhados para a CIMGC. Destacou que alguns destes documentos são importantes para as análises, como as planilhas de cálculo de emissões e de análise de investimentos. Ressaltou que outros documentos anexados ao PDD não são relevantes para a análise da CIMGC.

O Secretário Executivo propôs que fosse incluído no manual de submissão a necessidade de encaminhar juntamente com o PDD as planilhas de cálculo de emissões e de análise de investimentos.

Todos os membros da CIMGC concordaram com a proposta apresentada.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Miguez agradeceu a presença de todos os representantes dos Ministérios e encerrou a reunião.